RELATO

REVISTA DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Extifal, Maceió, v. 4, n. especial 2, p. 79-89, 2026, ISSN: 23189495

https://periodicos.ifal.edu.br/extifal

Recebido em: 19/10/2026; Aceito em: 14/11/2026; Publicado em: 19/11/2026

# MULHERES QUILOMBOLAS SÍTIO LAGES: DO TERRITÓRIO DO AFETO AO FEMINISMO COMUNITÁRIO – RELATOS DE UM PROJETO DE EXTENSÃO NO SEMIÁRIDO ALAGOANO

## *QUILOMBOLA WOMEN OF SÍTIO LAGES: FROM THE TERRITORY OF AFFECTION TO COMMUNITY FEMINISM – ACCOUNTS FROM A COMMUNITY OUTREACH PROJECT IN THE SEMIARID REGION OF ALAGOAS, BRAZIL*

Ana Luiza Azevedo Fireman[1]

[1]Instituto Federal de Alagoas – IFAL. Autora correspondente: ana.fireman@ifal.edu.br

**RESUMO**: O projeto de extensão intitulado “Mulheres quilombolas Sítio Lages: auto-organização sociopolítica, renda familiar e empoderamento” está na sua quarta fase de execução e tem como objetivo central contribuir para fortalecer a economia solidária da comunidade a partir do protagonismo feminino, de forma a fomentar a auto-organização, o empoderamento e a renda familiar, tendo como potencial os saberes ancestrais e as tradições do Quilombo. A Comunidade Sítio Lages tem sua certificação quilombola pela Fundação Palmares desde 2010 e possui cerca de 70 famílias, a maioria vive da agricultura familiar. A partir de visita in loco organizada pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabi, campus Piranhas, em 2023, verificamos que as mulheres da comunidade guardam tradições e saberes ancestrais relacionados à feitura de alimentos com potencial empreendedor, no entanto, em razão da falta de informações e de capacitação e, sobretudo, em face da cultura patriarcal ainda muito forte nas regiões do Sertão, esses alimentos eram produzidos somente para o consumo familiar. Assim, a partir deste projeto, foram organizadas reuniões e oficinas (teóricas e práticas) com as mulheres da comunidade, levando conteúdos sociopolíticos como problematização do patriarcado, feminismo comunitário, estratégias de auto-organização e de economia solidária, bem como oficinas de produção de alimentos e conhecimentos técnicos e normativos de produção artesanal voltada para a atividade comercial. Epistemologicamente, este projeto se ancorou, sobretudo, na teoria/práxis decolonial e antirracista de Bárbara Carine (2023) e Nilma Gomes (2017) e na metodologia do feminismo comunitário e na política do afeto, de Mariléa de Almeida (2022), aplicados aos territórios quilombolas. Atualmente, estamos em fase de articulação e de organização das feiras dos produtos das mulheres quilombolas Sítio Lages.

**Palavras-chave**: mulheres quilombolas. Ancestralidade. feminismo comunitário. extensão.

**ABSTRACT:** The community outreach project “Quilombola Women of Sítio Lages: Sociopolitical Self-Organization, Household Income, and Empowerment” is now in its fourth phase. Its main goal is to help strengthen the community’s solidarity economy through women’s leadership, drawing on the quilombo’s ancestral knowledge and traditions to foster self-organization and empowerment and increase household income. The Palmares Cultural Foundation certified Sítio Lages as a quilombola community in 2010. It is home to approximately 70 families, most of whom depend on family farming for their livelihoods. In 2023, during a visit organized by the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (Neabi) at the Piranhas campus, we found that women in the community preserve ancestral knowledge and traditions of preparing foods that they could also sell. Limited access to information and training and, above all, the enduring influence of patriarchal norms in the Sertão meant that the women prepared these foods solely for household consumption. Through the project, we organized meetings and workshops that combined discussion and hands-on activities with women in the community. Participants critically examined patriarchy, explored community feminism, and discussed strategies for self-organization and a solidarity economy. Food production workshops also covered artisanal methods and the regulatory requirements for producing food for sale. The project drew primarily on the decolonial and antiracist theory and praxis of Bárbara Carine (2023) and Nilma Gomes (2017), as well as on the



Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

methodology of community feminism and the politics of affection discussed by Mariléa de Almeida (2022), as applied to quilombola territories. We are currently coordinating and organizing fairs where the quilombola women of Sítio Lages can sell their products.

**Keywords**: quilombola women. ancestrality. community feminism. community outreach.

## INTRODUÇÃO

Antes de adentrarmos nas especificidades do projeto de extensão a ser relatado, consideramos fundamental fazermos algumas ressalvas. A academia, majoritariamente, ainda se coloca como espaço único de produção dos saberes, objetivando deter e reter o monopólio do conhecimento, negando estrategicamente outros espaços de construção de saberes e de outras epistemologias, como as comunidades quilombolas, os terreiros, as aldeias, os movimentos sociais etc. Essa perspectiva está em conformidade com um projeto de sociedade ainda colonial, que se sustenta no racismo estrutural, que é atravessado por relações de poder e de opressão e que tem como desiderato a manutenção dos privilégios da branquitude (Silva Bento, 2022). Assim, consequentemente, as atividades de extensão, na maioria das vezes, são conduzidas a partir de um viés de hierarquia e de uma perspectiva de arrogância, partindo de uma ótica segundo a qual a academia seria uma espécie de "farol" que ilumina e orienta a sociedade, que leva conhecimento e experiência, negando o fato de que há outros territórios de produção de saberes para além dos muros que cercam a universidade. Nesse sentido, é importante registrar que, ciente dessas armadilhas, procuramos conduzir nosso projeto de extensão tentando romper com esses paradigmas estruturais, partindo do pressuposto de que as comunidades quilombolas são territórios férteis de saberes ancestrais valiosos e que a extensão é uma ação/via de mão dupla de compartilhamento, ou seja, é principalmente uma troca.

Pois bem, a Comunidade Quilombola Sítio Lages tem sua certificação pela Fundação Palmares desde 2010, a partir da Portaria nº 162 de 2010. Possui cerca de 70 famílias, a maioria vive da agricultura familiar e enfrenta, atualmente, uma série de dificuldades, principalmente nos períodos de seca, no alto verão. Em diálogo com as lideranças femininas, no início de 2023, verificamos que as mulheres quilombolas da comunidade guardam tradições e saberes ancestrais com potencial empreendedor. No entanto, em razão da falta de informações e de formação/capacitação e, sobretudo, em face da cultura patriarcal ainda muito forte nas regiões do Sertão, esses saberes eram subaproveitados. A partir desses pressupostos, este projeto teve como


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

objetivo principal a oferta de oficinas teóricas e práticas voltadas para as mulheres do Quilombo Sítio Lages, bem como a organização de feiras solidárias, com produtos feitos por essas mulheres, de forma a trazer fontes de renda para elas e suas famílias, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade e o fortalecimento das lideranças femininas.

Nesse sentido, este projeto, iniciado em 2023, partiu do diálogo corpo-a-corpo com as mulheres da comunidade, com a identificação de suas dificuldades e, sobretudo, escutando seus pleitos. É uma proposta, portanto, que tem como base o compromisso do Instituto Federal de Alagoas – IFAL, a partir dos seus Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabi's, com a valorização e a preservação das comunidades tradicionais locais e suas culturas e tradições, e tem como alicerce precípuo o sentimento de alteridade, de percepção e escuta do/a outro/a. Após a oferta de oficinas teóricas e práticas ministradas nas duas primeiras etapas deste projeto, como produção de pão artesanal, de geleia de frutas, de queijo coalho e iogurte, hidromel, dentre tantas outras fundamentais para a capacitação e o aprimoramento dos saberes ancestrais das mulheres do Quilombo, o projeto se encontra, neste momento, em fase de consolidação, pois em 2025 conseguimos realizar a primeira Feira das Mulheres Quilombolas Sítio Lages, evento que chamou a atenção da comunidade local e dos turistas, trazendo resultados imediatos, criando e divulgando a marca e a identidade de seus produtos.

Segundo Almeida (2022, p.29), "nas últimas três décadas, as mulheres quilombolas deslocaram-se da invisibilidade e ocuparam a cena pública como autoras de suas histórias". É seguindo os passos desse movimento, que este projeto se desloca, valorizando os saberes tradicionais do Quilombo, guardados de geração em geração pelas mãos de suas mulheres, bem como reconhecendo a força e o protagonismo feminino. Nesse sentido, acreditamos que este projeto trouxe benefícios para a comunidade como um todo na medida em que fomentou o desenvolvimento de fontes de renda que valorizam as tradições e os saberes ancestrais da própria comunidade, viabilizando segurança e sustentabilidade econômicas.

Epistemologicamente, este projeto se ancorou, sobretudo, na teoria/práxis decolonial e antirracista de Bárbara Carine (2023) e Nilma Gomes (2017) e na metodologia do feminismo comunitário e na política do afeto, de Mariléa de Almeida (2022), aplicados aos territórios quilombolas.


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

## MULHERES QUILOMBOLAS: DO TERRITÓRIO DE AFETO AO FEMINISMO COMUNITÁRIO

Historicamente, a ideia de quilombo esteve vinculada a figuras masculinas como Zumbi dos Palmares, Ganga Zumba, entre outros. Hoje, no entanto, segundo Almeida (2022, p.30), podemos afirmar que existe um processo de “feminização da ideia de quilombo, possibilitando a visibilidade contemporânea das mulheres quilombolas na luta pela terra [...]”, bem como uma “[...] valorização de aspectos culturais atribuídos à cultura feminina, como a ética do cuidado de si, do outro e do espaço onde se vive.” Nesse sentido, “as mulheres e as práticas culturais identificadas como femininas foram sendo, aos poucos, selecionadas como os novos símbolos da terra e dos territórios quilombolas (Almeida, 2022, p.31).

É importante lembrar que as comunidades quilombolas, como todas as tradicionais, estão em constante ameaça de extinção dentro da lógica mercadológica, globalizante e neoliberal ditada pelo capitalismo e seu modelo social imperialista e colonial, estruturalmente racista e sexista. A sobrevivência dos modos de existência que se ancoram na coletividade e no sentido de comunidade é sempre um ato contínuo e resiliente de resistência. “Quando se trata dos territórios quilombolas, estamos falando de uma série de práticas, saberes e valores que se perdem diante das dificuldades de continuar vivendo a partir de seus modos de vida tradicionais” (Almeida, 2022, p.34).

É nesse sentido que as mulheres assumem uma função fundamental, pois conduzem uma prática política do afeto que viabiliza e organiza saberes e estratégias ancestrais de resistência dentro da comunidade, assumem papeis de liderança, tomam à frente, mobilizam ações coletivas, buscam parcerias, encontram caminhos para seguir mantendo seus modos de sobrevivência quilombola. As práticas dessas mulheres estruturam o que Almeida (2022, p.39) denomina de

[...] território de afeto, entendido como um campo de ação política que se exprime pela manutenção, criação ou redefinição de espaços potencializados para aqueles que vivem nas comunidades quilombolas. Territórios de afetos não são definidos pela identidade jurídica quilombola, mas pela relação que se estabelece com o lugar e com aqueles que nele vivem. Trata-se de uma atitude política, que privilegia o uso de saberes como forma de ampliar espaços de subjetivação, construídos por


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

meio dos deslocamentos de sentidos que essas mulheres realizam em relação aos efeitos das exclusões de raça, de classe e de gênero que afetam seus corpos e os territórios de sua comunidade.

Mas é importante lembrar que muitas vezes essas mulheres precisam enfrentar barreiras dentro da própria comunidade, principalmente em se tratando de regiões marcadas pela predominância contundente da cultura patriarcal, como no Sertão. O patriarcado, como cediço, é centrado na figura do homem, pai e patriarca, e tem como principais características a desigualdade de gênero e a presença de relações de poder e de opressão verticalizadas numa lógica dualista: no polo dominante, o homem; no polo dominado, a mulher.

No semiárido, apesar de a mulher ter um papel fundamental na garantia da segurança alimentar da família, em razão da forte cultura patriarcal, ela assume, não raras vezes, um papel subalterno quanto às decisões, tem suas opiniões silenciadas e possui pouca ou nenhuma autonomia sobre si mesma. Além de estar à frente das atividades das hortas ao redor da casa, a maioria das mulheres sertanejas trabalha com os homens na roça e ainda carrega a responsabilidade pela segurança hídrica da família: o trabalho de manejo, controle e distribuição da água, tanto para o uso da família, como para irrigação da horta e para os pequenos animais (Ferreira, 2016). As desigualdades de gênero a que elas estão submetidas são perpetuadas a partir de normas culturais patriarcais e, portanto, sexistas, que determinam que meninas devem ser ensinadas a cuidar da casa e de todos, mas devem silenciar sua voz.

É aí que entra o que podemos denominar de metodologia feminista, que tem como objetivo problematizar essas relações de poder e a condição da mulher, promovendo a articulação entre elas e a auto-organização.

a auto-organização funciona como um espaço de fortalecimento que empodera as mulheres, tornando-as protagonistas na luta e nas suas vidas. Isto resulta em melhor qualidade e maior frequência nas suas intervenções, seja no ambiente privado, seja no ambiente público (Ferreira, 2016).

Assim, uma nova perspectiva se abre para essas mulheres, que passam a ter acesso ao dinheiro obtido pela “comercialização de seus produtos; empoderam-se com as informações obtidas em atividades diversas de formação, passando a se sentir mais capazes e a expressar suas opiniões; replicam o efeito e fortalecem outras


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

mulheres; e, por fim, contribuem para mudanças positivas de suas famílias". (Ferreira, 2016).

Todavia, em se tratando de mulheres quilombolas, importante registrar que essa metodologia feminista não é a liberal, articulada a partir das concepções de competividade e individualismo, próprias do feminismo branco radical, que reproduz as ideologias de manutenção do capitalismo, inclusive do racismo, mas fruto de uma convergência de sentidos e ressignificações trazidos por intelectuais e ativistas negras e indígenas. "A partir da década de 1990, as abordagens que problematizam o conceito de experiência vão ganhando espaço entre algumas feministas negras, favorecendo a emergência de renovadas narrativas interseccionais" (Almeida, 2022, p.73). É nesse contexto que Lélia Gonzalez (2020) propôs o que ela denominou de "feminismo afrolatinoamericano", cuja base está, sobretudo, na articulação entre as experiências dos feminismos negros e indígenas. Diante disso, Almeida (2022, p.75) afirma que, "embora várias lideranças quilombolas não se definam como feministas, suas ações, por vezes, podem ser aproximadas dos valores que atravessam o chamado feminismo comunitário, cujas organizações nasceram das experiências de mulheres indígenas na Bolívia".

Nesse sentido, importante trazer a concepção de feminismo comunitário cunhado por Julieta Paredes: "realizando uma crítica às abordagens maniqueístas em torno do patriarcado, Paredes [...] defende que o feminismo comunitário, cujas balizas teóricas estão nas memórias corporais e na ancestralidade, busca construir modos de vida integrados com a humanidade e a natureza. (Almeida, 2022, p.75-76). Por conseguinte, é possível estabelecer uma forte conexão entre as vivências das mulheres quilombolas em seus territórios e as práticas do feminismo comunitário, principalmente a partir de três pontos: o esforço permanente para "aprofundar as bases comunitárias, os usos de conhecimentos ancestrais como contrapontos aos valores neoliberais e individualizantes e, por fim, a preocupação permanente com a natureza e o território onde se vive". (Almeida, 2022, p.76).

Por último, relevante, ainda, trazer a constatação de que as práticas feministas que operam tanto nos territórios quilombolas como indígenas têm em sua base a transmissão de experiências por meio da convivência, da oralidade e do afeto, tradição que tem no seu cerne a criação e a manutenção de espaços seguros de compartilhamento, nos quais as mulheres se sentem mais protegidas das práticas racistas e sexistas que violentam seus corpos.


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

## A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO: RELATOS E RESULTADOS

Os primeiros contatos com o Quilombo Sítio Lages ocorreram, como já dito, no início de 2023. À época, dialogando com duas lideranças femininas, pudemos constatar que, dentre tantas dificuldades enfrentadas, uma estava relacionada ao fato de que as mulheres tinham um papel essencial na sustentabilidade de sua própria casa e da comunidade como um todo, mas não tinham autonomia e nem uma fonte de renda própria que pudesse suprir não somente suas necessidades individuais, mas de sua família. Dois fatores eram decisivos na sedimentação dessa realidade: a cultura patriarcal da região de um lado, com suas correntes de opressão, e, de outro, as dinâmicas predatórias do modelo socioeconômico capitalista, que colocam em risco cotidianamente os modos de existência tradicionais e que se sustentam por meio de uma lógica estruturalmente racista e sexista – que expõem a vida de mulheres negras duplamente em risco. Nesse contexto, como professora do IFAL e principalmente membro do Neabi, eu me questionei como poderíamos unir forças para mudar essa realidade – ou ao menos atenuá-la.

Dessa inquietação, surgiu a semente do projeto que neste momento relato: a ideal central era abrir caminhos para desmobilizar as teias da cultura patriarcal que as aprisionava, empoderando as mulheres, e investir em oficinas de formação e capacitação para a produção de alimentos voltada para a comercialização – e não apenas para o consumo interno. O projeto foi submetido e aprovado para execução a partir de edital da Pró-Reitoria de Extensão do IFAL, com bolsa para a estudante responsável por sua condução, à época, uma aluna do segundo ano do curso técnico em Alimentos na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Partindo do pressuposto de que as comunidades quilombolas são territórios ricos de saberes e tradições, os primeiros passos do projeto estavam focados em conhecer as vivências dessas mulheres, seus saberes e suas práticas relacionadas à produção de alimentos para o sustento da família. O que elas plantavam em suas hortas? O que produziam? Quais receitas aprenderam com suas mães e avós? Assim, num primeiro momento, fizemos cerca de quatro reuniões e identificamos, por exemplo, que faz parte das tradições da comunidade a feitura do xerém com galinha guisada e de bolos e geleias de frutas. Estas e outras receitas estão umbilicalmente vinculadas às dinâmicas de resistência dos seus antepassados e às memórias de suas famílias e da comunidade como um todo, e ao fato de que, hoje, boa parte dessas


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

mulheres planta milho e frutas, como goiaba e acerola, e criam galinhas em seus terreiros. Nesse sentido, constatamos que essas mulheres atuam como guardiãs de saberes ancestrais que fornecem as estratégias necessárias de sustentação da comunidade e de sua territorialidade, em toda a sua complexidade.

Após dialogar com as mulheres da comunidade, identificarmos e catalogarmos o potencial produtivo fruto de seus saberes ancestrais, iniciamos a segunda etapa da execução do projeto: a partir de rodas de conversa, problematizarmos juntas a condição da mulher. A intenção foi criar espaços seguros de compartilhamento de vivências e percepções sobre a realidade de cada uma delas, a relação com a família e com a própria comunidade. Foram momentos intensos de troca, desabafo e cumplicidade. Sentimentos como insegurança, falta de reconhecimento, de autonomia e de poder de decisão sobre suas vidas foram compartilhados. Algumas delas confessaram estar receosas de participar do projeto, pois seus companheiros não “viam com bons olhos”. Diante disso, a necessidade de ministrar oficinas com temáticas sociopolíticas sobre estruturas patriarcais, opressões de gênero, empoderamento feminino e luta por direitos tornou-se evidente. Importante registrar, nesse sentido, que Almeida (2022, p.37) relata, na obra “Devir quilomba”, que sua pesquisa recorreu a oficinas que visaram à formação política das mulheres quilombolas, “a fim de lhes fornecer ferramentas para o enfrentamento das múltiplas formas de violência a que estão submetidos seus corpos”. Ao todo, no primeiro ano do projeto, três oficinas foram ministradas, na própria comunidade, com temáticas de problematização das estruturas patriarcais, sempre destacando a importância e o papel das mulheres nas dinâmicas de reprodução e sustentação dos modos de existência quilombola.

Vencidas essas primeiras etapas, iniciamos as oficinas práticas de produção de alimentos, todas realizadas, nos dois anos seguintes, no laboratório de alimentos do Ifal campus Piranhas e ministradas por docentes da área de tecnologias de alimentos. Confecção de pão artesanal, geleia de frutas, bolo, produção de queijo coalho e de hidromel foram algumas das oficinas práticas ofertadas. A seleção desses produtos não foi arbitrária, estava diretamente relacionada aos saberes e vivências das mulheres dentro da comunidade, pois, como já dito, a base do projeto foi o reconhecimento e a valorização de seus saberes tradicionais. Portanto, elas já estavam familiarizadas com a confecção desses produtos, mas para o consumo dentro de suas casas, não para comercialização. Nesse sentido, relevante dizer que


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

os/as docentes tiveram todo um cuidado em conduzir as oficinas com orientações voltadas para a produção profissional e comercial, como técnicas de higienização das mãos, das matérias primas e das embalagens, prazo de validade etc. Ademais, importante registrar que, para a realização de todas as oficinas práticas, contamos com o transporte do campus para buscar e levar as mulheres.

Durante o período em que realizamos as oficinas práticas de produção de alimentos nos laboratórios do campus, sentimos a necessidade também de ofertarmos oficinas teóricas e organizarmos rodas de conversa com temáticas sobre empoderamento, empreendedorismo feminino, economia solidária, políticas públicas voltadas como comunidades tradicionais e agricultura familiar, formas de organização coletiva, como associação e cooperativa, bem como oficinas de criação de rótulos e identidade visual. Esses momentos paralelos às oficinas práticas foram fundamentais para o amadurecimento do objetivo do projeto e, sobretudo, do grupo.

Em 2025, o projeto deu um passo decisivo, uma vez que conseguimos realizar, em parceria com a Secretaria da Mulher do Município de Piranhas, a primeira Feira das Mulheres Quilombolas Sítio Lages, evento que durou três dias e chamou a atenção da comunidade local e dos turistas, trazendo resultados imediatos e sólidos, pois, em seguida, as mulheres da comunidade passaram a receber vários convites para participar de feiras comunitárias nas localidades circunvizinhas, criando e divulgando a marca e a identidade de seus produtos.

Atualmente, a Feira das Mulheres Quilombolas Sítio Lages é, sem dúvida, um sucesso. Tornou-se referência, conquistou reconhecimento e tem recebido constantemente convites para participação nos eventos locais e em outras cidades, inclusive em Maceió. O sonho de ter sua própria renda tornou-se realidade. Mais do que isso: as mulheres fortalecem a economia coletiva e dão visibilidade ao quilombo. E fortalecer a economia da comunidade a partir da valorização dos seus saberes ancestrais é contribuir para a preservação de suas culturas e tradições, bem como de seus modos de existência, pois “[...] é necessário fortalecer os vínculos para que se ocupe o território (quilombola) de forma potente e criadora” (Almeida, 2022, p.37).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de conduzir este projeto de extensão junto às mulheres da Comunidade Quilombola Sítio Lages é uma das mais gratificantes da minha jornada


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

acadêmica e tem dado sentido à minha práxis num dos momentos mais desoladores da minha existência, em que testemunho, depois de 30 anos dedicados à educação e ao futuro de tantas gerações, a ascensão da extrema-direita no mundo e no Brasil, e seu projeto autoritário, antidemocrático, excludente, racista, misógino, negacionista da ciência, reacionário, distópico e em total conformidade com o projeto de necropolítica da elite econômica por trás da radicalização do neoliberalismo.

A troca de saberes, o compartilhamento de vivências e, sobretudo, a oportunidade de acompanhar de perto a resistência e a insistência dessas mulheres, a sua luta coletiva e cotidiana, a força que move e realiza em meio a tantas adversidades, tem sido uma experiência única. Tem sido um respiro de esperança!

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, Mariléa de. **Devir Quilomba**: antirracismo, afeto e políticas nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, território e convivência:** novas territorialidades no Semiárido Brasileiro. Jundiai: Paco Editorial, 2012.

FAVERO, Celso Antunes. **Semiárido**: fome, esperança e vida digna. Salvador: EDUNEB, 2002.

FERREIRA, Ana Paula Lopes. Agricultoras do Pajeú: feminismo e agroecologia no semiárido brasileiro. **Pegada: Revista da Geografia do Trabalho** (Unesp), 2016. Disponível em: < https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3916>.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 47.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todos**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.




Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulheres Griôs Quilombolas: Um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. pontos de interrogação, v. 5, n. 2, jul. /dez. 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.30620/p.i..v5i2.2165.

SILVA BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.


Este manuscrito está licenciado com a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.